

Paideia

Meditações Educativo-Culturais de um Jurista de Profissão

Paulo Ferreira da Cunha¹

Ὁ βίος βραχύς,
ἢ δὲ τέχνη μακρή,
ὁ δὲ καιρὸς ὀξύς,
ἢ δὲ πείρα σφαλερῆ,
ἢ δὲ κρίσις χαλεπή.

Ἴπποκράτης ὁ Κῶος

Resumo: Pesem embora muitas proclamações em contrário, não se tem levado a Educação a sério, apesar de ela ser a nossa última esperança de sobrevivência: climática, alimentar, política, estratégica, civilizacional. As democracias ocidentais *latissimo sensu* foram prisioneiras de um laxismo pedagógico e depois (e concomitantemente) de um desnorte politicamente correto que tem privado largas massas de acesso a importantes segmentos de informação e de cultura e a vitais instrumentos de orientação no mundo e técnicas adjuvantes de múltiplas profissões. Importa reabilitar a ideia helénica de Paideia, assim como ulteriores conceitos e vetores de Educação com maiúscula como Humanismo e mesmo Civilização. Os intelectuais têm hoje de voltar a assumir a sua função crítica, além da criativa, e não viver enredados em meras promoções sociais dos seus trabalhos, distinguindo entre o banal e simplesmente decorativo daquilo que é vital. Embora a escola não deva dirigir-se meramente a criar intelectuais e menos ainda eruditos, a todos tem de dar meios de usufruir da cultura e poder ser atento e não iludido consumidor de produtos culturais e mediáticos. Nomeadamente, a Escola tem de preparar para que se saibam coisas essenciais para a vida normal, para o exercício da cidadania, e permitir aos que queiram criar e pensar mais profundamente. A infantilização escolar e mediática, a par da demissão parental são tumores malignos na nossa Civilização. Urge investir na Educação e na Cultura e na Família, relegada na prática para mera célula de consumo doméstico.

Palavras-chave: Paideia, Civilização, Banalização, Educação, Direito, Jurista, Intelectual

¹ Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal. Professor Catedrático da Universidade do Porto (em licença para o exercício da magistratura).^[1]_{SEP}

Abstract: Despite many proclamations to the contrary, Education has not been taken seriously, despite it is our last hope for survival: in what concerns climate, food, political, strategic, civilizational. Western democracies in broad sense were prisoners of a pedagogical laxity and then (and concomitantly) of a politically correct disorientation that has deprived large masses of access to important segments of information and culture and to vital instruments of orientation in the world and adjuvant techniques of multiple professions. It is important to rehabilitate the Hellenic idea of Paideia, as well as later concepts and vectors of Education with a capital letter such as Humanism and even Civilization. Intellectuals today must once again assume their critical function, in addition to their creative one, and not live entangled in mere social promotions of their work, distinguishing between the banal and simply decorative from that which is vital. Although the school should not merely aim to create intellectuals, it must provide everyone with the means to enjoy culture and be able to be an attentive and not deceived consumer of cultural and media products. Namely, the School must prepare people to know essential things for normal life, for the exercise of citizenship, and give ammunition to those who want to create and think more deeply. School and media infantilizing, along with parental dismissal, are malignant tumors in our Civilization. It is urgent to invest in Education, Culture and the Family, this one relegated in practice to a mere cell of domestic consumption.

Keywords: Paideia, Civilization, Trivialization, Education, Law, Jurist, Intellectual

I DUAS VIAS

Há duas formas de o intelectual viver e escrever (ou agir no mundo exterior, pintando, representando, construindo, etc. – mas resumamos tudo, por comodidade, ao escrever) nos tempos crepusculares que nos é dado viver. Uma é investigar e escrever como se o tempo e o espaço envolventes não existissem, a nossa circunstância não contasse, e a *scientia* fosse algo de puro e arquetípico, independentemente de todas essas variáveis e envolventes.

Nos meios jurídicos (admitimos que também, *v.g.*, nos lógicos ou matemáticos), tradicionalmente, há uma tendência para viver num casulo ensimesmado, formalista, procurando abstrair das condições sociais, económicas, políticas e histórico-espirituais². Podem chegar-se a grandes conclusões nessas vias depuradas, pretensamente, “puras” de pensamento e de ação pedagógica até. Vive-se simplesmente no “céu dos conceitos”.

O que visamos aqui e agora, pelo contrário, é uma reflexão ligada diretamente ao solo da realidade atual, atravessada pelos seus vendavais, e perscrutando os ventos que se adivinham num horizonte carregado de nuvens.

² Cf., desde logo, o nosso livro *Vontade de Justiça. Direito Constitucional Fundamentado*, Coimbra, Almedina, 2020, Prefácio de Luiz Edson Fachin, máx. p. 107 ss..

Esta nossa reflexão, sob forma de ensaio, naturalmente, inscreve-se (ou tenta inscrever-se) na tradição orteguiana da “meditação”, já que as “Meditações” de Marco Aurélio assim não se chamaram³, e na verdade são de um outro estilo, e as “Confissões” de Santo Agostinho são, verdadeiramente, “retratações”⁴... O espírito aqui é o de saborear, ruminar (diria Nietzsche, na *Aurora*⁵) o tempo presente, e procurar um quadro de soluções, a começar pelos que têm como ofício principal o de pensar.

Como se verá seguidamente, parece que as palavras que haveriam de salvar o mundo já foram todas ditas, e só resta salvá-lo. Já foi dito, aliás, desde certamente antigos alquimistas. E entre nós tão claramente expresso por Almada Negreiros: “Quando eu nasci, as frases que hão-de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa - salvar a humanidade”⁶. Há, todavia, um pormenor a salientar, desde já, embora seja uma mera intuição ou suposição. Parece que, frequentemente, as grandes receitas para salvar a Humanidade são vagas demais. Marx não deixaria de sublinhar essa dimensão de não utopismo (já que as utopias, essas sim, são detalhistas⁷), ao negar-se a fazer as ementas para as tasquinhas do futuro. Mas talvez o pormenor das propostas de reorganização da sociedade (recordando agora Augusto Comte⁸) esteja, pelo menos *tant bien que mal*, esquiçado nas mentes dos ideólogos e reformadores. Será que antes de terem nas suas mãos o poder e a força (*kratos kai bias*) eles de algum modo se enfadaram em explicar o que vão fazer? Há ainda quem (cidadão comum, não profissional das lides

³ Cf., v.g., MARCO AURÉLIO – *Meditations by Marcus Aurelius*, ed. revista, edit. e trad. por C. R. Haines, Londres, Loeb, 1989. Cf. ainda, v.g., RENAN, Ernesto – *História das Origens do Cristianismo*, Livro VII. *Marco Aurélio e o Fim do Mundo Antigo*, trad. port. de Eduardo Pimenta, Porto, Lello, s.d.

⁴ AGOSTINHO, Aurélio – *Confissões*, trad. port. de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, com Prólogo de Lúcio Craveiro da Silva, 11.ª ed., Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1984.

⁵ NIETZSCHE, Friedrich – *Morgenröte*, trad. port. de Rui Magalhães, *Aurora*, Porto, Rés, 1977.

⁶ ALMADA NEGREIROS, José de – *A Invenção do Dia Claro*, Lisboa, Olisipo, 1921, ed. online: <https://archive.org/stream/ainvenododiaclar22801gut/pg22801.txt> (última consulta a 20 de março de 2024).

⁷ Cf., por todos, a nossa síntese em *Constituição, Direito e Utopia, Do Jurídico-Constitucional nas Utopias Políticas*, Coimbra, Faculdade de Direito de Coimbra, Studia Iuridica, Coimbra Editora, 1996.

⁸ COMTE, Augusto – *Reorganizar a Sociedade*, trad. port., Lisboa, Guimarães, 1990.

políticas) leia mesmo os programas eleitorais? E esses programas não estão plenos de boas intenções e por vezes tributários do *chassé-croisé*⁹?

Talvez os grandes candidatos a legisladores refundadores da Pólis, cansados da luta extenuante pelo poder, não se queiram dar ao trabalho de explicar as grandes medidas que desenvolveriam os seus projetos de felicidade coletiva. Permita-se-nos uma confissão (e bom julgador dizem que por si julgará): quando dizemos pessoalmente que consideramos como única solução e saída do atoleiro e derradeira forma de evitar o abismo um investimento profundo, sincero, inteligente na Educação, evidentemente que não queremos só falar em mais verbas para as Escolas, os Docentes, etc. Aliás, nem é principalmente esse o problema. Claro que é preciso investimento material, mas o vital é o investimento afetivo, de prestígio, de autoridade, de alteração profunda de conteúdos e métodos de ensino. Mas ficamos por aqui, nos grandes projetos. Porque o pormenor é já outra coisa. O pormenor terá que ser acertado, de acordo com o espírito, pelas “intendências” dessa vida, como terá sido bem visto pelo General De Gaulle (conforme um dito que se lhe atribui, mas que ele desmentiu como uma “blague para os jornais”: *L’Intendance suit! / suivra*, noutras versões). É certo que a intendência deverá seguir os grandes planos estratégicos. Sim, mas a intendência sabe de coisas que precisa de dizer aos Estados-Maiores. Uma coisa é filosoficamente declarar o primado e a urgência da educação, e outra coisa determinar a cor dos impressos de matrícula, ou o número exato de horas de uma grelha horária letiva. A capacidade de ao mesmo tempo agir no terreno das coisas comezinhas (da própria “democracia civil”, não da macro democracia das instituições, desde logo dos órgãos de soberania) e integrá-las num plano de fundo, numa palavra, ser competente tanto na prática quotidiana das coisas técnicas e até burocráticas e na teoria inspiradora e enquadradora é uma qualificação raríssima, que exige um espírito anfíbio, multifacetado, todo-o-terreno.

Esse é um dos obstáculos profundos à emenda deste *reino velho*¹⁰...

⁹ ROSSI-LANDI, Guy – *Le Chassé-Croisé*, Paris, Lattès, 1979.

¹⁰ RIBEIRO SANCHES, António – *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980; BORGES COELHO, António – *Reino Velho com Emenda*, Lisboa, Diabril, 1976.

Ora não é questão descurável a dificuldade de transpor para a realidade vivente, designadamente das instituições e realidades mais próximas das pessoas, a democracia (Estado de Direito democrático e social...) instituída na nossa Constituição, a qual corre o risco de ser rasgada (num rever ou num romper¹¹) ou olvidada. Desde logo, porque até dela se reclama o que não pode e até não deve dar (*e nemo dat quod non habet*)¹².

Embora o mais preocupante problema (e entramos claramente no círculo vicioso) seja o da própria formação popular, lembrando-se muitas vezes que a Liberdade, o próprio luzeiro máximo do valor da Liberdade, parece por alguns desprezado. Muitos, mais jovens, que não viveram em ditadura, mas outros que já a esqueceram e que a desvalorizam, com curta memória. Estas atitudes de falta de estima de largos setores populares pela pura e simples Liberdade (não se falando sequer noutros valores políticos, superiores ou subsidiários) só nos podem recordar o diagnóstico terrível já de Rousseau: “os escravos vis sorriem com ar de troça à palavra Liberdade”¹³. É arrepiante para qualquer democrata.

É verdade que a versão de fim das ideologias e de “there is no alternative” do primeiro pós-modernismo teórico não tinha qualquer razão ao decretar o fim das metanarrativas. Algumas das antigas resistem, outras metamorfoseiam-se e novas (ainda que sem a grandeza das anteriores, mas com não menor apelatividade em certos meios) surgem. O problema é que a nossa cosmovisão normal tem doravante de integrar elementos de caos, de entropia, de incerteza, sob pena de uma rigidificação cadavérica. Novos são os tempos de hoje, o que não quer dizer (pelo contrário) que se virem as costas aos desafios. Muito significativa e inspiradora é esta pequena síntese de Cândido da Agra:

¹¹ GOMES CANOTILHO, José Joaquim — *Rever ou Romper com a Constituição Dirigente? Defesa de um Constitucionalismo Moralmente Reflexivo*, São Paulo, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Senado Federal, 1999.

¹² Cf. o nosso artigo *Brevíssima defesa da parcimónia legislativa*, no prelo.

¹³ ROUSSEAU, Jean-Jacques — *Du contrat social*, III, 12: “ (...) de vils esclaves sourient d'un air moqueur à ce mot de liberté.”

“Quem somos nós que usamos os dons da justiça e da ciência contra nós próprios? Criminosos, suicidas *ab ovo*? Deixemos para a tecnociência o conhecimento e o domínio da natureza. Agora há que aprender a arte de viver no meio dos fragmentos. Não há nada para reconstruir. É estar aí. E nesse aí trágico procurar ouvir o que o pensar e o agir humanos disseram, e dizem, à volta de duas categorias centrais: o sábio e o justo.”¹⁴

Assim leríamos (não comprometendo o autor, só a nós) o que consideramos fundamental desta passagem: Aprender, antes de mais, a arte de viver no meio de fragmentos. A fragmentaridade é signo do nosso tempo. O que, porém, não quer dizer que nos percamos sem norte, sem um esforço de estruturação – *ordo ab chaos*.

Ao contrário do que querem passadistas, não há nada para reconstruir, sim. Quem mergulha nas ilusões do passado só cultiva monstros, engendra pesadelos, mesmo quando agrinalda de bondades o que irremediavelmente passou. O caminho está em frente. E como adjuvante do que se irá fazendo, caminhando, sabemos que persistem as dimensões (ou categorias, como diz o autor) da sabedoria e da justiça, encarnáveis nas figuras do sábio e do justo. Para além do mundo da *phusis*, o universo do humano e do social, tem de virar-se, não contra a Pessoa, o Homem, não em vetores de anti-humanidade e anti-humanismo (por muito que, dizemos nós, o Humanismo desagrade a uns tantos, ou, noutra clave, seja moldado de forma singular – não habitual para a nossa cultura mais enraizada – nos nossos tempos por outros ainda¹⁵)

¹⁴ AGRA, Cândido da – *Ciência, Direito e Sapiência*, “Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto”, Porto, vol. VI, p. 541 (Oração de Sapiência, proferida no dia 12 de dezembro de 2007, no âmbito das comemorações do Dia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto).

¹⁵ Cf. LAW, Stephen – *Humanism*, Oxford, Oxford University Press, 2011. Na linha clássica, em vários domínios, v.g., HEIDEGGER, Martin – *Brief über den Humanismus*, trad. cast. de Helena Cortés / Arturo Leyte, *Carta sobre el Humanismo*, 2.^a reimp., Madrid, Alianza Editorial, 2001; GODINHO, Vitorino Magalhães – *Identité Culturelle et Humanisme Universalisant*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1982; TRIGEAUD, Jean-Marc – *Humanisme de la Liberté et Philosophie de la Justice*, II, Bordeaux, Bière, 1990; CORTESÃO, Jaime – *O Humanismo Universalista dos Portugueses: A Síntese Histórica e*

II

PAIDEIA

Épocas como a nossa, que são “tempos de vésperas”¹⁶, de crise de crises em contínuo agudizar-se, uma engendrando as outras, em que pululam conflitos potencialmente universais (ou que já o são mesmo), as consciências mais agudas e lúcidas aparentemente se exilam e a si mesmas se silenciam (e em alguns países sofrem o constrangimento, a mordação e outras retaliações), como que espantadas com a proliferação dos desnortes. Sem dramatizações, o abismo parece chamar o abismo – *abyssus abyssum*¹⁷.

Há ainda, não se sabe por quanto tempo, um verniz social, embora já muito ténue, que recobre, todavia, com um manto diáfano (hipocrisia de

Literária, Lisboa, Portugal, 1965 (VI vol. das Obras Completas); AYRES DE BRITTO, Carlos – *O Humanismo como Categoria Constitucional*, Belo Horizonte, Forum, 2007; SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – *Humanismo e Direito em Portugal no século XVI*, Lisboa, s.e., 1964; CEREJEIRA, Gonçalves – *O Renascimento em Portugal. Vol. II. Clenardo, o Humanismo e a Reforma*, nova ed., Coimbra, Coimbra editora, 1975; MARTINS, José V. de Pina – *A 'Utopia' de Thomas More como texto de Humanismo*, separata especial do tomo XXI, Lisboa, 1980, das “Memórias da Academia das Ciências de Lisboa”, *Classe de Letras*, pp. 7-48. V. ainda CHOZA, Jacinto – *Los otros Humanismos*, Pamplona, EUNSA, 1994. Do ponto de vista escolar, por exemplo em 1973, o velho manual (cuja primeira edição datava de 1938) da coleção de História Isaac (classe de 4.e: MICHAUD, Jean – *1492-1789. La Renaissance et les Temps Modernes*, Paris, Hachette, 1973, p. 38 ss.), consagra belas páginas ao Humanismo, a alguns humanistas, destacando Erasmo de Roterdão, sublinha o entusiasmo pelo estudo a partir do *Pantaguel* de Rabelais, e destaca a influência do Humanismo, na literatura francesa e italiana, contrapõe a pedagogia humanista à anterior, com base no espanhol Vives, exemplifica com a pedagogia de Gargântua em Rabelais, alude às relações entre Humanismo e Cristianismo e Humanismo e Ciência, terminando com o sistema de Copérnico e a difusão do livro. No mesmo ano, em Portugal (antes, portanto do 25 de Abril de 1974), o manual para o 1.º ano do curso complementar dos liceus era ainda mais desenvolvido, mas na mesma linha. Cf. RODRIGUES, Adriano Vasco – *História Geral da Civilização*, II volume, 7.ª ed., Porto, Porto Editora, 1973, pp. 146-158. Cremos ser da mesma data o volume para o 4.º ano do Liceu de Fins do Lago e Maria José Diniz, que trata do Humanismo detalhadamente dentro do capítulo do renascimento (Porto, Porto Editora, pp. 258 ss., máx. 263-279). E julgamos não ser muito anterior a obra de ESPINOSA, Fernanda / GUERRA, Maria Luísa – *História. Idade Média, Idade Moderna, 4.º ano*, dist. Porto, Porto Editora / Lisboa, Empresa L. Fluminense, s.d.. Aqui há alguma maior concisão (talvez algo mais sintética que a do manual francês) mas indo no mesmo sentido, e tratando do estudo da literatura clássica pelos humanistas, do pasado como modelo do presente, de Erasmo e sua influência europeia, do Humanismo em Portugal, com referencia a diversos humanistas, do interesse científico e artístico pela natureza, terminando pelas relações entre Renascimento e Ciência. Poder-se-iam multiplicar os exemplos. São este tipo de referências que nutriram o nosso imaginário, em diversos países, relativamente à importância e ao timbre desta corrente, movimento e época...

¹⁶ Retomando um importante título de MOREIRA, Adriano – *Tempo de vésperas*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

¹⁷ Sl. XLII, 8: *Abyssus abyssum invocat in voce cataractarum tuarum; omnes gurgites tui et fluctus tui super me transierunt.*

urbanidade e civilização), realidades bastante simples e assaz rudes. Mas a imagem do barril de pólvora (em muitos aspetos, não apenas no imediatamente bélico) impõe-se, e não como mera retórica. A barreira diáfana que divide a periclitante harmonia do terreno do insulto, do vitupério, e da agressão física remeterá, certamente, para razões mais altas, até para uma ordem de valores, ou uma urbanidade mínima de sobrevivência, e coexistência à beira do abismo. Mas ao primeiro abalo decisivo, tudo pode desabar. É nessa corda bamba que os mais atentos vivem. Os desatentos continuam no seu caminhar festivo ou deprimido (depende dos casos), preocupados por vezes com ninharias sociais e inquisitorialismos novos (uma minoria muito gritante e visível, mas muito minoritária – e que, com o seu extremismo, faz engrossar as hostes de extremismos de sinal contrário, simetricamente irrazoáveis: nunca foi tanto verdade que a virtude é um meio termo, como sublinhou, antes de mais, Aristóteles¹⁸) ou simplesmente sofrendo a sua vida pessoal, que uma mentalidade consumista e demagógica torna mais penosa ainda que a realidade: porque tantos prometem a Lua e muitos pretendem ter mesmo a Lua e jamais se consegue alcançá-la, nem os mais bafejados pela sorte. Tempos de grande ilusão, e imediatamente, simultaneamente quase, de enorme, gigantesca desilusão.

Chesterton era, por seu turno, um otimista. Dele guardamos aquela prática e utilitária prescrição que manda estudar hidráulica enquanto Roma arde¹⁹. É o que devemos fazer. E quanto mais voltas damos à imaginação, mais

¹⁸ ARISTÓTELES – *Ética a Nicómaco*, v.g. Livro V (por exemplo, na versão francesa ARISTOTE — *Ethique à Nicomaque*, tr. fr., 6.ª tiragem, Paris, Vrin, 1987). Entre muitos comentários, v. AQUINO, Tomás de – *In decem libros ethicorum Aristotelis ad Nicomachum expositio*, trad. cast. de Ana Mallea, estudo preliminar e notas de Celina A. Lértora Mendoza, *Comentário a la Ética a Nicómaco de Aristóteles*, Pamplona, EUNSA, 2000; ILIOPOULOS, Giorgios – *Mesotes und Erfahrung in der Aristotelischen Ethik*, in “ΦΙΛΟΣΟΦΙΑ”, n.º 33, Athènes, 2003, p. 194 ss.. Outras abordagens interessantes são, nomeadamente, as de VALÉRY, Paul – *Tel Quel*, vol. I, 1941, p. 192: “Le monde ne vaut que par les extrêmes et ne dure que par les moyens. Il ne vaut que par les ultras et ne dure que par les modérés”; BONNARD, Abel – *Les modérés*, Paris, Grasset, 1936. No plano económico e social, recordemos as palavras de ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Du Contrat social*, II, 11: “(...) du côté des grands, modération de biens et de crédit, et, du côté des petits, modération d'avarice et de convoitise.”

¹⁹ É um autor com o qual se pode ganhar muito para o nosso tempo de “flocons de neige”, pelo seu caráter concreto, palpável e iconoclasta (embora, obviamente, nem tudo seja para levar totalmente a sério ou a fio de espada). Cf., v.g., CHESTERTON, G. K. — *On Lying in Bed and other Essays*, trad. port. de Frederico Pereira, *Ficar na Cama e outros Ensaio*s, Lisboa,

desembocamos num resultado consabido, antigo como o Mundo: é preciso, antes de mais, e acima de tudo, educar. Só a Educação poderia salvar-nos. Ela é, em termos laicos, o tal “deus” de que falava Heidegger como única solução para o nosso tempo²⁰, que, contudo, desde que o filósofo da floresta negra nos deixou, já se complexificou muitíssimo, agravando a necessidade do tal *deus ex machina*...

É por isso que vamos falar seguidamente de Educação, nimbando-nos do alto conceito (ou pelo menos da palavra) helénico de Paideia²¹. Perdemos a referência de uma máxima da maior sabedoria que esses Gregos Antigos nos deixaram, e que é uma ferramenta imprescindível nesse nosso novo estudo da engenharia das águas, e águas desviadas e diluvianas: algo como *Paideia teleion ton nomon*. A Educação é superior, é mais importante, que as leis. Que as próprias leis, note-se. Por isso é que, quando muitos continuam a colocar todas as suas esperanças e complacências em reformas legislativas (no fundo, querendo alterar as “regras do jogo”), insistimos que antes de tudo deveríamos formar bons cidadãos, que são, como dizem também os Antigos (desde logo Heráclito²²), as verdadeiras muralhas da Cidade. Não só as Leis e as

Relógio D’Água, 2016; Idem — *Disparates do Mundo*, trad. port. e prefácio de José Blanc de Portugal, Lisboa, Morais, 1958; Idem — *Ortodoxia*, ed. de Lisboa, Alêtheia, 2008; Idem — *O Homem que era quinta-feira*, trad. port. de Rita Guerra, Mem Martins, Europa-América, 2007; Idem — *Autobiografia*, trad. port. e notas de Luís de Sousa Costa, Círculo do Humanismo Cristão / Livraria Morais Editora, Lisboa, 1960. Além, obviamente dos seus romances policiais com o Padre Brown, e o livro ditado de cor sobre o Doutor Angélico, a que infelizmente só tivemos acesso em edição francesa, quando o procurámos, antes da expansão da *Internet: Saint Thomas du Createur*, trad. fr., Niort, Antoine Barrois, 1977.

²⁰ *Nur noch ein Gott kann uns retten* é a frase lapidar do filósofo (que se presta a múltiplas interpretações), numa entrevista a Rudolf Augstein e George Wolff para “Der Spiegel” em 23 de setembro de 1966, e que, por vontade do entrevistado, apenas seria publicada após a sua morte. Foi-o, com efeito, poucos dias depois do passamento do controverso pensador, a 31 de maio de 1976: <https://www.spiegel.de/politik/datum-31-mai-1976-heidegger-a-56699e74-0002-0001-0000-000041238349?context=issue> (última consulta a 20 de março de 2024).

²¹ Cf., desde logo, o essencial JAEGER, Werner — *Paideia, Die Formung des Griechischen Menschen*, Berlim, Walter de Gruyter, 1936, trad. port. de Artur M. Parreira, *Paideia. A Formação do Homem Grego*, Lisboa, Aster, 1979 e ainda Idem — *Cristianismo Primitivo e Paideia Grega*, trad. port. de Teresa Louro Perez, revisão de tradução de Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1991. Muito subsidiariamente, v. o nosso *Politeia and Paideia. “Reminiscences” of Western Political Thought in a Reading of Plato’s Politeia*, in “ΦΙΛΟΣΟΦΙΑ”, Atenas, Revista da Academia de Atenas, n.º 36, 2006, pp. 121-137.

²² HERACLITO — Fragmento 44, in DIELS, Hermann (org.) — *Die Fragmente der Vorsokratiker*, vol. I, 9.ª ed., Berlim, Weidmannsche, 1960, p. 160; Idem — Fragmento XLIV, in DUMONT, Jean-Paul (com a colab. de Daniel DELATTRE e de Jean-Louis POIRIER) — *Les Présocratiques*, Paris, Gallimard, 1988, p. 156. Simbolicamente, e nos nossos dias, cf. Jean-Marc TRIGEAUD — *Éléments d’une Philosophie Politique*, Bordeaux, Biere, 1993, p. 79

Constituições, mas, antes delas, as pessoas que as fazem, desfazem e emendam, ou podem destruir.

II

O BANAL E O VITAL

Em tempos de consternação, de medo, de desnorte, é importante voltar ao essencial, ao vital. Afinal, cada um tem de parar, ainda que seja só uma meia hora, e perguntar-se o que anda aqui a fazer, e o que andamos todos aqui a fazer. Porquê e para quê? Nem sequer é Filosofia com “F” maiúsculo. É exercício urgente de sobrevivência.

Começaríamos por teorizar, mas muito moderadamente. Desse teorizar que etimologicamente é afinal ver, contemplar, olhar panoramicamente...

A grande arte da vida reside em bem a aproveitar, sem desperdício e sem sofreguidão. O conjunto de vidas perdidas, esbanjadas, de pessoas que não encontram objetivos, que se aborrecem, mesmo tendo por vezes tudo, é enorme, e é assustador. Do mesmo modo que pessoas que se afadigam a acumular “vivências”, porque “a vida é curta”.

Vistas as coisas macroscopicamente, quantas deseconomias se não encontram: económicas, culturais, sociais, políticas, espirituais. Há quem se amodorre no não fazer nada, e quem, aparentemente ao contrário (mas só aparentemente) ande num cirandar constante, num esbracejar sem objetivo, para nada... Para nada alcançar, para nada conseguir, para nada ser. Entre o modorrento à soleira da porta da existência e o agitado, em dança de São Vito, não há, vistas bem as coisas, diferença de tomo: ambos esbanjam o curto tempo que lhes é concedido. E é curioso que, se mentalidade de ainda há alguns anos desaconselhava profundamente a agitação (e vagamente condenava uma “preguiça” mas porque tida por “mãe de todos os vícios”), hoje não poucos dos

ss., e Luigi BAGOLINI – Prefácio à edição original, italiana, desta última obra, p. 13. Noutra perspetiva, VILLEY, Michel – *Philosophie du Droit*, vol. I, *Définitions et fins du droit*, 3.^a ed., Paris, Dalloz, 1982, p. 60. E evidentemente o título de AYUSO, Miguel – *Las Murallas de la Ciudad*, Madrid, Nueva Hispanidad, 2006.

mais velhos lamentam a juventude perdida sem mais colorido, e chegam a incitar os jovens a que de algum modo os resgatem, aproveitando enquanto é tempo. Registamos apenas, sem mais julgamentos, a mudança de atitude e “educação”, mesmo familiar. Ortega lembrava Nietzsche ao considerar que certas atitudes morais seriam produto do rancor²³. Temos agora que considerar agora que podem tanto ser de condenação como de incitamento.

Uma das primeiras coisas que a educação necessita levar em conta é que cada pessoa tem um imenso potencial, e não pode, nem por si, nem por razões sociais gerais, ser deitado ao lixo, por vezes apenas o lixo do acaso, toda essa possibilidade. Há génios, heróis, artistas, sábios, santos, cientistas, médicos, engenheiros, legisladores, empresários, trabalhadores qualificados, técnicos qualificados (e tudo o mais que importa e interessa socialmente), e pessoas amigas, dadas, prestativas, prestáveis, simpáticas em latência na massa anónima e informe das imensas salas de aula por todo o mundo, desde os jardins infantis²⁴. Massificar todos, transformar todos em meros acrílicos consumidores, excitados por reflexos condicionados da propaganda consabida, rebanhos panúrgicos laboradores, desempregados, votantes, ou combatentes à voz de comando de poderes (políticos, económicos e outros) que cada vez mais podem vir a perder a aura sagrada da *auctoritas*²⁵ para se limitarem ao fáctico da *potestas*²⁶, não pode ser um programa aliciante, senão para uma mesmidade cinzenta e geradora de patologias mentais e de enorme insatisfação geral.

²³ ORTEGA Y GASSET, José – *Meditaciones del Quijote*, Madrid, Publicaciones de la residencia de estudiantes, 1914, p. 22.

²⁴ Cf. uma panorâmica da contemporaneidade (sobretudo espanhola) e seus diversos tipos, em PEREIRA MENAUT, Antonio-Carlos – Posfácio ao nosso *Arte Constitucional (Postfácio a Arte Constitucional. Un cuarto de siglo de desafíos con el Dr. Paulo Ferreira da Cunha)*, João Pessoa, PB, Editora Porta, 2022.

²⁵ A bibliografia é infundável. Ainda recentemente, v. o número monográfico, com textos de ARENDT, FREUD, NIETZSCHE *et al.* – *L'autorité. Les textes fondamentaux*, “Le Point”, março-maio 2024.

²⁶ Como *background* apenas, cf., v.g., JOUVENEL, Bertrand de – *Du Pouvoir. Histoire naturelle de sa croissance*, nova ed., Paris, Hachette, 1972-1977; ALAIN – *Propos sur les Pouvoirs. Éléments d'Éthique Politique*, ed. de Paris, Gallimard, 1985; BALANDIER, Georges – *Le pouvoir sur Scènes*, Paris, Balland, 1980, trad. bras. de Luiz Tupy Caldas de Moura, *O Poder em Cena*, Brasília, Editora Univ. de Brasília, com o apoio da Fundação Roberto Marinho, 1982; FRIEDMANN, Georges — *O Poder e a sabedoria*, trad. port. de Manuel Dias Duarte, Lisboa, Dom Quixote, 1972. Mais “modernamente”, FOUCAULT, Michel – *Microfísica do Poder*, antologia com org., introd. e trad. de Roberto Machado, Rio De Janeiro, Graal, 1979. Entre nós, nomeadamente (e apenas a título de exemplo de várias

Mas não cumpre apenas aos poderes, desde logo aos educativos, despertar as consciências e as vocações. É preciso que cada um faça também o seu papel, se descubra a si mesmo (sem entrar no tautológico círculo vicioso do “andar a procurar-se”, que muitas vezes é apenas um alibi para não fazer nada, sobretudo entre os estudantes burgueses que alegadamente “se procuram” mudando interminavelmente de cursos enquanto se dedicam a atividades pretensamente lúdicas muito “circum-escolares” – ou nem isso). Há que partir, aventurar-se com prudência (o que não é uma *contradictio in terminis*). Não quedar-se no cais da vida, deixando os velhos comboios passarem e afastarem-se, envoltos no seu fumo sebastiânico, perdendo-se no horizonte do que poderia ter sido. Mas não voltará.

Importa não perder os sonhos da vida (e urge resgatar o encantamento do mundo²⁷). Antes de mais, é preciso ser capaz de fabricar sonhos, tecer sonhos. Porque possuir as coisas que normalmente são almejadas não é sonho nenhum. Antes de mais, sonho é ser capaz de construir, urdir, criar aquilo que nos dê paz, alegria, contentamento, que nos aproxime dos valores do Belo, do Bom, do Justo, do Livre²⁸... Não há sonho maior que o ser artista, e mais que deleitar-se com objetos e riquezas, futilidades e sombras ou miragens, sentir-se cumprido no que se é senhor de fazer, por suas mãos, por seu intelecto, por sua habilidade, engenho, chispa. Dar a vida a algo, e para mais algo de belo, é supremo contentamento. Disso têm, ao que julgamos, as mães todas (e sorte a delas por isso) uma intuição pelo dom de fazerem nascer os seus filhos. Mas os filhos mentais, espirituais, que são os discípulos, por exemplo, também enchem de contentamento os mestres.

abordagens gerais: sem entrar em especificidades do tipo de poder, poderes e épocas, movimentos, ideologias, etc.), MARTINS, Afonso D'Oliveira – *Sobre o Conceito de Poder*, in "Estado & Direito", n.º 4, 2.º sem., Lisboa, 1989, p. 47 ss.; SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990; SANTOS, Boaventura de Sousa – *O Discurso e o Poder. Ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*, separata do "Boletim da Faculdade de Direito", Coimbra, 1980; PEREIRA MARQUES, Fernando – *Contrapoder e Revolução*, Lisboa, Diábril, 1977.

²⁷ Cf. GAUCHET, Marcel – *Le désenchantement du monde*, Paris, Gallimard, 1985; BARILIER, Étienne – *Reenchanter le monde*, Paris, PUF, 2023.

²⁸ V., antes de mais, HESSEN, Johannes – *Filosofia dos Valores*, tradução portuguesa de Luís Cabral de Moncada, nova ed., Coimbra, Almedina, 2001. Numa perspetiva mais especificamente jurídico-política, cf. o nosso *Para uma Ética Republicana. Virtude(s) e Valor(es) da República*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010, com Prefácio de Eduardo Bittar.

Ou seja: primeiro é preciso aprender a criar e a ser capaz de se maravilhar (e se bastar) com o que se dá à luz. Estudantes burocratizados, que querem graus e títulos para obter empregos, sem qualquer fascínio pelo que supostamente estudam são pessoas aborrecidas, neuróticas, apressadas, que sofrem com síndrome do papel branco ou da telinha vazia do computador, e só visam o objetivo da aprovação e com boa nota. Pelo contrário, os que se enamoraram do conhecimento (e nesse sentido são filósofos), esses, pouco lhes importam as longas vigílias e as noites de deserto de ideias (que, contudo, no seu caso, são raras, porque imbuídos de chama criadora e inventiva), e encolhem até os ombros se o seu trabalho honesto vier a ser mal avaliado por júris que os não souberam compreender (ou até deles tiveram inveja, ou até ciúme²⁹ – o que também ocorre). O caminho fazem-no, como Machado, caminhando. E é esse caminho o principal. Terminada a dissertação, a tese, o artigo, o livro, a pesquisa, não voam às secretarias a pedir o certificado para concorrer a lugares e o diploma para encaixilhar nas paredes da sua vaidade. Terminada uma tarefa criativa, tem logo que vir uma outra. De um professor da Faculdade de Letras do Porto, da área de História, ouvi um dia um seu sobrinho dizer: meu tio descansa de um livro escrevendo outro.

Por isso, é preciso apanhar os comboios. Nem todos estão fadados a investigar, a escrever, a criar artisticamente. Mas cada vez mais vamos encontrando, na nossa sociedade, pessoas que passaram uma vida a laborar em matérias mais ou menos sensaboronas (a expressão proverbial “são muitos anos a virar frangos” é interpelante, para quem compreenda o seu significado de alienação), e, uma vez libertos das obrigações pela aposentação ou jubilação, passam a dedicar-se a várias atividades (se forem criativos; outros, morrem depressa, desocupados), sobretudo, em muitos casos, a pintar. Essa vocação não sei se abafada antes, se tardia, afigura-se-nos uma bela metáfora do que ocorre com tantos. Já não estão na lufa-lufa do mundo, que agora olham com o enquadramento de uma tela, e, mais ainda, de um caixilho que a enquadra. “O que falta ao mundo para ser quadro?” – perguntava-se, digamos que em clave

²⁹ Cf., *v.g.*, em geral (mas que, por exemplo Gorges Gusdorf utiliza de forma menos específica), LAGACHE, Daniel – *La Jalousie Amoureuse*, 5.^a ed., Paris, PUF, 2008.

fenomenológica, Rosa Alice Branco³⁰. Na nossa perspetiva de agora, digamos que falta muita coisa: desde logo porque estamos demasiadamente mergulhados no mundo, e ele de nós reclama não o cultivar estético, mas, na melhor das hipóteses, nos convoca ao decidir e optar ético. Mas, mais frequentemente, é um olhar postado no cais, eventualmente, se formos mais laboristas (ou se no-lo impuserem), carregando e descarregando mercadorias dos outros, dos que ainda conseguem ir em terceira classe no comboio da vida. Porque as duas primeiras classes não levam bagagem sequer.

Insistamos: é importante formar uma pessoa comum, normal, que seja culta. E a grande formação superior para essa pessoa comum culta deveria ser fornecida no seu máximo nível, na Universidade³¹. Mas já nos níveis anteriores de ensino haverá que ir ensinando numa perspetiva de cultura geral, com disciplinas culturais. Não se trata da sombria “trasladação de ossadas” de que falavam Peter e Hull³², mas de inspirar nos cidadãos normais, desde muito novos, o gosto pelo estudo, pelo conhecimento, o espírito crítico, etc. É possível ensinar bem, e dar sólida formação clássica, começando por formas modernas, inusuais, por obras infantis ou juvenis, etc.³³

Mas voltemos à metáfora ferroviária. Não perder comboios é o mote, e tentar ir em classe de conforto, sempre. Ou seja, não fazer compromissos, não carregar com o peso de pesadas bagagens... E não perder os comboios da vida é saber distinguir, antes de mais, quais são os que levam a algum lugar e os que não conduzem a lado nenhum, ou nos deixam num perdido apeadeiro deserto, sem interesse, sozinho.

Por tudo isso, além de se ter de regar a florzinha pessoal da esperança e da criatividade, além de se ter de procurar o nosso sonho (que não pode ser o banalíssimo “ser feliz”, que é óbvio ser objetivo de toda a gente e por isso não

³⁰ BRANCO, Rosa Alice — *O que falta ao Mundo para ser Quadro*, s/l, Limiar, 1993.

³¹ Cf. ORTEGA Y GASSET, José — *Misión de la Universidad*, 2.^a ed. de Santiago Fortuño Llorens, 2022, p. 95 ss..

³² PETER, Laurence / HULL, Raymond — *O Princípio de Peter*, trad. port. de M. Bento e Patrícia Joyce, Lisboa, Futura, 1973.

³³ É, por exemplo, o caso da excelente e surpreendente introdução à literatura britânica de BATE, Jonathan — *English Literature. A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2010. Outro exemplo recente: CHAILLAN, Marianne — *Harry Potter à l'école de la philosophie. Étude philosophique*, Paris, Ellipses, 2015.

tem qualquer especificidade – como aliás impiedosamente criticou Clarisse Lispector³⁴), tem de se aprender a distinguir o banal do vital.

Não perder o comboio não significa tomar o primeiro que nos apareça. Porque há comboios e comboios, e ainda existem comboios fantasma, que são quase tão tétricos como os navios fantasma. Saber tomar comboios é também saber perder comboios que não interessam. E nisto não há contradição nenhuma com o que dissemos.

Não tomemos, pois, um comboio banal, para uma viagem consabida e desinteressante. Há que saber escolher, no horário das composições, as que nos levam a melhor destino, que é ao encontro de nós mesmos – o nosso “eu” superior, o melhor de nós, a nossa melhor possibilidade.

Esse é o *trem vital*, chamemos-lhe assim, recordando um pouco a forma saborosa que Luis Alberto Warat encontrou para traduzir tropicalmente a norma fundamental ou *Grundnorm* de Hans Kelsen³⁵, nos seus *Quadrinhos Puros do Direito*³⁶. Só importa tomar o trem vital. Todos os outros nos fazem ir alhures, nos fazem perder, não só o Norte, mas a própria vida, no que deve ter para ser integralmente vivida.

Não é uma escolha simples. Nem nada fácil. Por vezes, há que deixar ir passando um número considerável de composições, até aparentemente agradáveis e confortáveis, e com destinos supostamente interessantes. Pôr de lado a tentação de ir a lugares muito exóticos e turísticos (a vida não é turismo, é o contrário dele: é enraizamento e crescimento num lugar, não flunar de lado em lado), ou então a destinos comuns, por todos frequentados, muito badalados e célebres (esses que é imperdoável não ter ido, que são símbolos de *status*, desde logo).

³⁴ LISPECTOR, Clarice – *A Hora da Estrela*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998, pp. 11-12. Cf. mais recentemente LLEDÓ, Emilio – *Elogio de la infelicidad*, Madrid, Planeta, 2020. E já BENASAYAG, Miguel / CHARLTON, Edith — *Critique du Bonheur*, Paris, La Découverte, 1989.

³⁵ KELSEN, Hans — *Reine Rechtslehre*, trad. port. e prefácio de João Baptista Machado, *Teoria Pura do Direito*, 4.^a ed. port., Coimbra, Arménio Amado, 1976.

³⁶ WARAT, Luis Alberto / PEREZ CABRIADA, Gustavo — *Os Quadrinhos Puros do Direito*, Argentina, ALMED, s.d.

Aquele comboio que nos conduz para nós próprios, esse sim. É esse que tem de se tomar.

Se não o fizermos, perdemo-nos. E acharmo-nos de novo é mais complicado ainda. Pode até jamais vir a ocorrer. Porque, em geral, é preciso voltar à estação de partida e esperar de novo (já com tempo perdido e sabe-se lá que experiências traumáticas vividas) o comboio adequado, do qual, na verdade, nem sabemos sequer qual a periodicidade em que retornará. Vários autores, uns mais conhecidos que outros, falam das vezes que nos batem à porta algumas coisas (a oportunidade, a felicidade, o amor, etc.). Algumas delas viriam apenas uma vez; outras, sempre, renovadamente. Depende de quem teoriza. Mas, independente dessa vária doutrina, que se divide (salvo na fórmula que pode para alguns ser sedutora, sobretudo quando afirmada em termos assertivos) com a vida – a verdadeira, a significativa vida – não sabemos quando o seu comboio passará por vez derradeira. Ora haverá necessariamente um momento em que a oportunidade será a última.

Mesmo assim, mesmo sabendo que as oportunidades são limitadas (desde logo no tempo) se acaso tomaste o trem errado, tenta voltar ao ponto de partida e apanhar agora um que ao menos seja mais certo (ainda que o teu, o verdadeiramente teu, já tenha irremediavelmente seguido o seu destino, sem retorno). Será a tua grande demanda, antes de tudo permanecer atento aos comboios que passam, com seus apitos sibilantes e sua música que empurra as rodas dentadas do Tempo.

Valerá a pena.

III

LEITURA, ESCRITA & PESQUISA

Um dos caminhos possíveis de uma vida, um dos comboios que se pode tomar, é o da vida intelectual, concretização vivencial de uma afeição particular: o amor intelectual (*amor intellectualis* de que falava Espinosa, e que pode diverso, ou visto por outro prisma do amor intelectual à divindade, que é,

grosso modo, muito abrangente, como se sabe, no pensamento do subtil polidor de lentes de Amesterdão³⁷). Como todas as vias, tem regras que têm de ir sendo aprendidas e praticadas. É o bilhete que sempre se tem de pagar por uma honesta viagem de trem.

Nos primeiros anos da vida intelectual alguém recomenda (quem não o faz?³⁸) que se leia, que se leia muito, e que, num dado momento, pontuado não se sabe bem por que *clic*, se passe a entremear a leitura com a escrita. Mas as partes da mistura de atividades haverão de ser muito desproporcionais entre si: dir-se-ia que um quinto de escrita para quatro quintos de leitura. Ou algo disto aproximado.

Além de que (salvo raras exceções de grande génio e um estilo particularmente focado, lógico, concentrado, sedutor e não sei que mais atributos) é recomendável que por toda a vida se escreva e rasgue, se escreva e corrija muito, se escreva e corte. Neste último e tão saudável exercício, os computadores e seus processadores de texto dão uma enorme ajuda, evitando as rasuras em papel. E até as colagens de tiras de correções por cima dos originais. Disseram-me uma vez numa tipografia que Miguel Torga colava sucessivos papelinhos a corrigir os seus mais torturados escritos. Curioso, se assim era: ao ler a prosa plana e límpida (ainda que “telúrica”, claro, como sempre se lhe chama) do autor dos *Bichos*, dir-se-ia que tudo aquilo fluiu imediatamente do fundo de uma torrente imparável de inspiração imediata.

Uma grande ajuda na contenção do estilo, mas sobretudo na qualidade do produto final, são as exigências, por vezes draconianas, dos editores. Escrever à linha para uma enciclopédia ou ao carater para um jornal ou revista de maior divulgação é um exercício à primeira vista limitativo, mas acaba por se ganhar o hábito. E depois de escrever já sem rodeios e devaneios, é o

³⁷ Cf., por todos, SPINOZA – *Oeuvres complètes*, Paris, Gallimard (La Pléiade), 1955 (especialmente a *Ética*). Cremos que na aceção lata, uma breve mas significativa passagem de ORTEGA Y GASSET, José – *Op. cit.*, p. 14.

³⁸ Apesar de obviamente denunciar o peso da idade, o pequeno livro de SERTILLANGES – *A Vida Intelectual*, trad. br. de Roberto Mallet, Campinas, CEDET, 2019, continua (em nosso modesto entender) a ser muito proveitoso, se dele se fizer uma renovada e arejada leitura atualista. Outra obra interessante, num estilo e propósito diferente é a de CIERVA, Ricardo de La – *Como ampliar mi cultura Que puedo hacer?*, Madrid, Temas de Hoy, 1988.

momento de podar a árvore, que assim fica muito mais enxuta, devendo aproveitar-se a ocasião para curar da propriedade linguística, do rigor técnico, e da clareza.

É certo que há alguns meios acadêmicos que privilegiam a abundância, superabundância mesmo, da escrita. Além de estarem enfeudados a regras absolutamente aleatórias, de forma de citar, de referências bibliográficas, de coautorias, de divisão dos artigos em partes, etc., etc. Uma das coisas mais complicadas e mais aborrecidas de fazer é adequar um artigo científico a uma concreta revista, que insiste em que se usem aqui pontos, ali vírgulas, acolá travessões, noutra lugar dois pontos, umas que querem que se refira o local da edição antes da referência à editora, outras o contrário – uma anarquia, que consome muito tempo dos investigadores que não possuem secretariados para essas uniformizações. Além dessas *chinoiseries* (e saudamos aquelas revistas que não infernizam a vida a quem investiga, permitindo grande latitude na forma de apresentação dos originais), há também publicações que não aceitam menos de x páginas. Tal deveria depender dos usos e maneira retórica até de cada disciplina. Em áreas que latamente se podem qualificar como de ciências sociais e humanas, artes, etc., há em geral uma tendência para não aceitar artigos breves em revistas que se querem sérias e acadêmicas. O que é muito discutível.

Mas talvez o mais interessante seja o que ocorre com os artigos longos. Cremos recordar que uma grande revista de uma prestigiadíssima escola de direito dos EUA há uns anos veio pedir aos potenciais colaboradores para limitarem a extensão dos seus artigos (que em alguns casos, em certos países, chegam a rondar 50 páginas impressas, sendo corrente há uns tempos pedirem-se umas 30, e só mais recentemente se comece a recomendar que não excedam as 20). Nesse curto texto editorial dizia-se algo como: não há nenhuma “tese” que se não possa resumir convenientemente num número razoável de páginas.

O que nos levaria a falar nas teses e dissertações, que têm um problema próprio³⁹: se as há que são o típico “encher chouriços”, com muita coisa que

³⁹ Cf., em geral, os nossos *Carta sobre a tese a um mestrando bolonhês*, in “Revista Internacional d’Humanitats”, vol. 12 (16), pp. 45-48; *Expedição a Oz*

visivelmente não interessa, ou interessa só muito lateralmente, outras, de tão magrinhas, e ao mesmo tempo tão frustrantes nas conclusões, nem sequer têm a valer-lhe as partes históricas e comparatísticas (falamos aqui sobretudo do Direito, mas leia-se *mutatis mutandis*) que, não necessitando de ser originais, ao menos poderiam ainda salvar a honra desse convento. Ou seja: depois de termos lido dezenas e dezenas de teses e dissertações, e orientado umas tantas e pertencido a muitos júris de outras, ao longo de anos (com sorte de termos tido em geral bons trabalhos para “dirigir” ou apreciar: os tempos eram ainda outros – tudo está a mudar muito rapidamente), cada vez mais nos persuadimos de que a grande questão está no valor do núcleo de tese que um desses trabalhos académicos tenha: tem trabalho, tem inteligência, tem uma conclusão que acrescenta algo ao conhecimento? Se tem, passou o grande teste. E pode dar-se ao luxo de ser mais leve e sintético o seu desenvolvimento. Até porque demasiada erudição pode ocultar a fulgurância da tese *stricto sensu*. Mas se não há nada de novo, se não há nenhum brilho, ao menos que se mostre trabalho. Porém, com alguma piedade pelos membros do júri, que não podem ser confrontados com meros plágios ou mesmo paráfrases. Em síntese: o ideal seriam teses com “cabeça, posta e rabo”, como dizia Vitorino Nemésio (e vários outros foram repetindo), com tamanho adequado ao tema e à mensagem. Isso releva em grande medida do bom senso.

Mas antes de alguém se abalançar a uma tese teria que percorrer um longo caminho, mesmo caminho de escrita. É absurdo, é gritantemente errado, que tantos e tantas hoje em dia se confrontem com a dissertação ou a tese como o seu primeiro trabalho escrito a sério, sem jamais antes terem escrito trabalhos de pesquisa, artigos, notas, resenhas, etc. A falta de treino paga-se caro. Há uma inversão de paradigmas hoje em dia: pensa-se que essas provas académicas com exigência de apresentação de umas tantas páginas (há, porém, faculdades que estão a reduzir incrivelmente o número de páginas de mestrados, ao ponto de as transformarem em pouco maiores que os artigos que exigiam ainda há pouco aos docentes: e compreende-se as razões práticas para

Subsídios para um pequeno guia académico, “Convenit Internacional”, vol. 30 (Convenit Internacional *coepta* 1) mai-ago 2019, Cemoroc-Feusp / III - Univ. do Porto / Colégio Luterano São Paulo, p. 7 ss..

tanto, embora se baixe muito a bitola da exigência em termos comparativos com o que ocorria *in illo tempore*) serão, afinal, os primeiros passos de investigação e escrita, e não já de alguma maturação.

Mesmo a licenciatura (noutros países, o bacharelato) era considerada como o momento em que alguém ganhava licença para estudar sozinho. O que representaria o reconhecimento de alguma maturidade ao menos. E não vai assim há tanto tempo que mesmo havia teses de licenciatura. As célebres teses de *laurea* italianas, por exemplo. Mas tivemos ocasião de percorrer os ficheiros da Faculdade de Letras de Coimbra e ver interessantíssimos temas quando as licenciaturas obrigavam a teses... Aliás, não revisitando o livro há muito, estamos certo de que foi com vista aos estudantes dessas teses de *laurea* que o grande vulto de cultura que foi Umberto Eco teve a excelente ideia (e com brilhante execução) de escrever um manual de como se faz uma tese⁴⁰. O que lá se diz cremos valer para todo o tipo de teses, teses a sério...

Portanto, o treino da investigação, da reflexão, da inventiva de ciência e de cultura e da escrita deve começar muito cedo. Ficamos sempre maravilhado com os esforços nesse sentido que se vão fazendo em algumas instituições, nomeadamente em São Paulo, em torno do Colégio Luterano São Paulo e de docentes e antigos docentes da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, de que nos permitimos destacar a figura inspiradora de Jean Lauand. O projeto das revistas *Coepa*⁴¹, publicando artigos de jovens pesquisadores, é uma esperança. É de pequenino que se começa...

Evidentemente que a produção, nesses primeiros tempos, jamais poderá ser enfatuada, empolada, pomposa, erudita em extremo – sob pena de tais verdes anos serem cobertos pela sombra do ridículo.

Mas até que ponto poderá manter-se ao nível do meramente “escolar”?

Há decerto dois tipos de escritos a que se pode chamar “escolares”, e ainda assim os dois merecendo classificação aprovatória.

⁴⁰ ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*, 3.^a ed. port., Lisboa, Presença, 1984.

⁴¹ <http://www2.fe.usp.br/%7Eecemoroc/page07sc.html> (última consulta em 19 de março de 2024). Cf. ainda a nossa mensagem em vídeo para os jovens pesquisadores das revistas *Coepa* (2022-2023): https://www.youtube.com/watch?v=ggFX7h_s1UY (última consulta em 21 de março de 2024).

Há o escolar das composições da “Primavera” ou afins, em que de forma impessoal, nada original, mas gramaticalmente correta, se debitam estafados lugares-comuns; e há o “escolar” em que se vai já mais longe, ensaiando-se algo de pessoal. No meu caso, pedindo-se-me uma redação sobre “a feira”, e tendo achado o assunto tão desinteressante (tão cidadão que eu era), dei um salto para a frente, trocando as voltas ao tema. Olhei a sala em volta e pus-me a descrever as agruras dos meus colegas, cada um muito concentrado no seu lugarzinho comum sobre a dita temática.

A redação foi um sucesso, porque o professor era inteligente e dúctil, claro está. Mas será, afinal, que ela seria ainda escolar, ou teria, ainda que limitadamente, já um pé do outro lado da escrita, da criação?

Seja como for, as tentativas de sair do “escolar”, sobretudo ensaísticas, têm de ser moderadas, sem pretensiosismo, e muito estribadas em fontes fiáveis (as não fiáveis são um desastre assegurado para qualquer trabalho intelectual – e podem até resvalar para a acusação de desonestidade ou fraude). Mas as fontes são também um pau de dois bicos. Mesmo que criteriosamente escolhidas (e a melhor escolha acaba por ser joeirada pela experiência da vida intelectual, que não se improvisa, é saber acumulado por experiência), ainda que muito aguda e criticamente interpretadas, podem sufocar a capacidade de imaginação. Mesmo a sua simples relação pode ficar esmagada pelo exibicionismo da mera apresentação de dados. Ou seja, o vício do eruditismo é simétrico do da superficialidade pueril, que se deleita não com o que colheu nos outros, mas tira de si mesmo, num narcisismo das próprias opiniões, o chamado “achismo”.

Não deixa de ser curioso que este subjetivismo radical, no polo oposto à mera “trasladação de ossadas” de que falava o Peter do *Princípio de Peter*⁴², acaba em muitos casos por ser promovido por dissertações do tipo propriamente dito “tese” – afirmação de verdades, dogmas ou achados, nem sempre necessitando ou conseguindo fazer a respetiva demonstração. Quando,

⁴² PETER, Laurence / HULL, Raymond — *O Princípio de Peter*, trad. port. de M. Bento e Patrícia Joyce, Lisboa, Futura, 1973.

na verdade, essas teses acabam por se não testar na dialética com outras teses, ou hipóteses que sejam, ficam pela doutrina subjetiva.

Há, talvez por isso, países, como a França, em que a tese tem que obedecer a uma metodologia expositiva rigorosa, mesmo na sua divisão em partes. O que, podendo ser um tanto formal, tem, contudo, a grande vantagem de exigir que se argumente com outros pontos de vista e conclua só depois da necessária dialética. É o velho modelo da *quaestio*, de que as sumas de São Tomás de Aquino (sobretudo a *Summa Theologiae*⁴³) foram um alto exemplo, e ainda o são.

Durante anos, o aprendiz de filósofo (António Sérgio é autor de um texto muito útil⁴⁴ para quem o pretenda vir a ser, que aliás Joel Serrão retomou numa sua antologia introdutória⁴⁵) terá que se ir exercitando. É como o desporto, que exige antes de mais ginástica.

Se for aprendiz de filósofo do Direito, pior ainda, ou de forma ainda mais exigente: porque, como dizia Michel Villey: os filósofos do Direito começam este labor, em geral, um pouco tarde já na sua carreira⁴⁶. Assim, grande parte dos seus labores, pelo menos dos iniciais, terão que ser, “à la recherche du temps perdu”.

Recebido para publicação em 16-03-24; aceito em 28-03-24

⁴³ Por exemplo, THOMAS D'AQUIN – *Summa Theologiae*, trad. fr., *Somme Théologique*, Paris, Cerf, 1984-86, 4 vols.

⁴⁴ SÉRGIO, António – Prefácio a *Os Problemas da Filosofia* de Bertrand Russell, Coimbra, 1959, pp, 7-10 (nova edição nas edições 70).

⁴⁵ SERRÃO, Joel – *Iniciação ao Filosofar. Antologia e Problematização*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974.

⁴⁶ VILLEY, Michel – *Seize Essais de Philosophie du Droit, dont un sur la crise universitaire*, Paris, Dalloz, 1969 : « (...) seulement nous ne sommes pas philosophes, nous nous y prenons un peu tard ».